

**POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: PERCEPÇÕES DE UMA ELITE.**

Daniel Coelho de Oliveira  
Universidade Estadual de Montes Claros  
Mestre em Ciências Sociais  
daniel.coelhoo@yahoo.com.br

**Resumo**

O debate sobre pobreza e desigualdades sociais é significativamente relevante em um país com extremas disparidades como o Brasil. Por este motivo, o presente trabalho objetiva compreender a percepção que a elite do agronegócio em Unai (MG) tem dos processos de desigualdade social e pobreza no município. No primeiro momento, indicadores sociais e econômicos são utilizados para justificar a opção pela pesquisa neste espaço. Em seguida, serão aprofundadas algumas questões relacionadas com os temas pobreza e desigualdade a partir de uma pesquisa qualitativa com atores do agronegócio. Entre as considerações que o trabalho apresenta, observa-se primeiramente que a elite do agronegócio em Unai é ciente dos impactos do crescimento do setor no desenvolvimento econômico do município, mas acredita que aspectos sociais possuem importância secundária no processo. Em segundo, parte dos problemas sociais do município atualmente se relaciona com transformações estruturais que ocorreram no agronegócio local, sendo o Estado apontado como o principal responsável em resolvê-los. No terceiro momento, nota-se que as políticas públicas: de assistência social como o “Bolsa Família” e de Reforma Agrária, são vistas como ineficientes, mas desempenham um papel de mitigar os efeitos perversos da mecanização agrícola. Por último, observa-se que a agroindustrialização de Unai é apontada como uma via futura para o desenvolvimento econômico do município e solução para os problemas sociais.

**Palavras-Chaves:** Agronegócio, pobreza e desigualdade social.

**INTRODUÇÃO**

As desigualdades socioeconômicas historicamente têm marcado a constituição da sociedade brasileira. Por séculos, formou-se no Brasil um abismo entre as camadas menos favorecidas e os estratos ricos da população. Vários indicadores confirmam a tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Por consequência o Brasil está exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.

Há consenso, de acordo com Rocha (2005) que a persistência da pobreza absoluta no Brasil está vinculada à desigualdade e na distribuição de rendimentos. Os coeficientes que mensuram a desigualdade na distribuição de renda no Brasil, estão entre os mais elevados do mundo o que demonstra um alto grau de desigualdade entre pobres e não-pobres. Por isso, além do atendimento das necessidades vitais: sobrevivência física, alimentar e nutricional, as políticas públicas devem buscar a redução da desigualdade entre os indivíduos como objetivo social. Sob esse entendimento, Veiga (2002) destaca dois grandes desafios futuros para as novas agendas políticas do país: o combate à pobreza e a diminuição das desigualdades sociais. Nesta concepção não se deve esperar que o crescimento econômico liquide a pobreza, é preciso atuação objetiva para virar o jogo e fazer com que a erradicação da pobreza ajude o crescimento.

Apesar de ser consensual a necessidade de se encarar a pobreza, a desigualdade econômica e suas conseqüências. A percepção dos atores sociais sobre as situações, dever se torna objeto de especial análise.

Perceber ou não a existência de pobreza e desigualdade significa muito, tendo em vista que atitude de mudança ou conservação só é impulsionada, após a verificação de sua existência ou não. A percepção dos atores que estão inseridos na pobreza, ou seja, daqueles que fazem parte dos arbitrários estratos de insuficiência de renda ou de calorías, pode produzir “externalidades negativas” como a elevação dos índices de criminalidade, ou impulso de manifestações canalizadas por movimentos sociais como os “sem-teto”, “sem-terra” e inúmeros outros grupos sem direitos materiais básicos, ou simplesmente, pode se verificar o conformismo com situação. Apesar da percepção deste grupo ser importante, entendemos outros grupos, localizado no lado oposto da pirâmide social, podem trazer algumas “luzes” para se entender as disparidades na sociedade brasileira. A percepção ou da “elite” estes temas significa muito, na visão deste grupo entendemos as “raízes” da nossa história, e podemos traçar futuras trajetórias.

Estudos relacionados a percepção sobre pobreza e desigualdades sociais, em geral são analisadas tendo como referência as

elites políticas e empresarias nacionais, ver Reis (2004) e Giglio (2001). Porém, a análise destes fenômenos no âmbito regional ou local se faz necessário tendo em vista suas especificidades em contextos mais restritos. O que se propõe, portanto, neste artigo é verificar a percepção de uma elite empresarial e política sobre os temas: pobreza e desigualdades sociais, tendo como referência o município de Unai (MG), localizado em uma região marcada pela intensidade do desenvolvimento agrícola, e disparidade na distribuição de riquezas.

### **ESPAÇO DA PESQUISA**

Situado na região Noroeste de Minas Gerais, a 500 km da capital Belo Horizonte, e a pouco mais de 150 km da capital federal, Unai é o segundo maior município em extensão territorial do Estado. Conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2007) é a principal cidade da região Noroeste de Minas Gerais e possui em 2007 uma população de 72.749 habitantes.

A formação histórica de Unai encontra-se vinculada à ocupação do Centro-Oeste brasileiro, bem como o

desenvolvimento de Paracatu, município mais antigo de toda a região. O território hoje ocupado por Paracatu foi identificado pelos portugueses nos primórdios da ocupação de sua colônia na América Portuguesa (UNAÍ, 2007).

Após um longo período de sobrevivência através de atividades agrícolas, coleta de frutos do cerrado, caça de animais silvestres e pesca nos inúmeros rios da região, os habitantes do cerrado mineiro descobriram na pecuária uma importante atividade subsistência para a população local.

As práticas de produção agrícola e atividades pecuaristas durante muito tempo possibilitaram a subsistência das populações tradicionais que habitavam no cerrado mineiro. A região Noroeste de Minas permaneceu praticamente com as mesmas características sociais herdadas do Período Colonial até os anos 1950. Já no início do século XX, a região era vista como possuidora de todas as características que definem uma área de fronteira agrícola: vazio demográfico, organização social e econômica “arcaica” em relação às regiões mais desenvolvidas de Minas Gerais; além disso, era distante da capital do Estado e insignificante em termos de contribuição para o

desenvolvimento econômico do país. Frente perfeita para a expansão da fronteira agrícola (Oliveira Mello, 1988).

Sessenta por cento da topografia municipal é plana e a predominância é de cerrado, até então considerado improdutivo. Ultimamente a fronteira agrícola tem tido acentuado avanço com exploração de carvão e posterior ocupação de arroz, soja e pastagens artificiais. (Oliveira Mello, 1988: p. 53).

Em meados do século passado, ocorreram grandes transformações na região Noroeste de Minas Gerais<sup>1</sup>: a construção da barragem de Três Marias em 1958, a implantação da BR-040 ligando a região ao Centro-Oeste do país e Belo Horizonte. A transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília<sup>2</sup> provocou alterações significativas no cenário regional. A ação governamental se tornou a grande fomentadora da expansão da agricultura “moderna” na região Noroeste.

Algumas políticas foram criadas, como o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e estabeleciam a criação de diversos programas de desenvolvimento regional. Um dos principais foi o Programa de Desenvolvimento dos

Cerrados (POLOCENTRO), que, de acordo com Marouelli (2003), procurou transformar a agricultura de subsistência em uma agricultura empresarial, usando práticas agrícolas modernas e a integração com o mercado, através de assistência técnica, apoio financeiro e de infra-estrutura. A estratégia do Programa consistia na implantação dos pólos de desenvolvimento localizados de modo a promover a difusão da tecnologia agrícola para toda a extensão dos cerrados. Sua ação foi desenvolvida por meio da integração entre pesquisa, assistência técnica e crédito rural orientado.

Atualmente Unai é um dos grandes pólos do agronegócio no país. O município possui um perfil tecnológico de produção agrícola comparável aos melhores do mundo, destacando-se principalmente na produção de grãos. A pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE (2008) aponta o município como o maior produtor de feijão do Brasil e um dos dez maiores de sorgo e milho. Segundo informações da Prefeitura Municipal de Unai (2007), o município possui o maior PIB agropecuário de Minas Gerais.

## QUESTÕES METODOLÓGICAS

Para atingir os objetivos e verificar as hipóteses propostas na pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica de trabalhos relacionados aos temas: elite, percepção social, desigualdade econômica e pobreza. Na base empírica optamos por realizar uma pesquisa qualitativa. Segundo O'Grady (2007) a pesquisa qualitativa geralmente não é direcionada para enumerar ou medir eventos, como é o caso do instrumental estatístico para análise dos dados. Seu foco de interesse é amplo e dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto do pesquisador com a situação objeto de estudo. Neste tipo de pesquisa, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada, a partir daí levanta sua interpretação dos fenômenos estudados. De acordo com Goldenberg (2002) os métodos qualitativos costumam ser utilizados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa.

Para Martins (2004) a abordagem qualitativa privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Os resultados deste método são alcançados através um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades. Neste tipo de pesquisa a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la.

Na segunda etapa foram realizadas entrevistas em profundidade com alguns membros da elite do agronegócio de Unaí. Utilizou-se um roteiro semi-estruturado para aprofundar os temas previamente determinados. Através de um roteiro de questões<sup>3</sup>, foram abordados tópicos relacionados ao papel da agricultura no crescimento econômico do município, percepção dos entrevistados em relação a aspectos relacionados à pobreza e desigualdade social. O roteiro era composto basicamente de cinco tópicos: 1) Trajetória dos entrevistados, 2) Percepções sobre o desenvolvimento de

Unai, 3) Questões sociais, 4) Percepções sobre pobreza e desigualdade social. 5) Percepções sobre o Futuro.

### SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Há dificuldades em delimitar certos grupos sociais, um destes é a “elite”. Por isso é necessário criar critérios para definir qual elite se deseja estudar. Pode ser uma elite nacional, regional ou local. Também é possível dividir os grupos em: elite política, cultural, econômica, sindical. Em nosso caso, optamos por estudar uma elite local, ou seja, especificamente no município de Unai, que tenha alguma ligação com o setor do agronegócio. Ou seja, foram entrevistados atores que ocupam papel de destaque e distinção nas suas referidas áreas de atuação.

A seleção dos entrevistados foi definida, tendo em vista a representação de grupos do agronegócio unaiense. Por isso após uma primeira visita de campo realizada no início de julho de 2007, foi estabelecido como primeiro critério que os entrevistados seriam divididos em três grupos.

O primeiro grupo é formado por dirigentes das três maiores

cooperativas<sup>4</sup> agrícolas do município. A Cooperativa Agropecuária de Unai (CAPUL), Cooperativa Agropecuária do Noroeste Mineiro (COANOR), Cooperativa Agrícola de Unai (COAGRIL). As cooperativas de Unai agrupam grande parte dos produtores rurais do município. No primeiro grupo os entrevistados foram definidos a partir da seleção dos ocupantes da presidência e da diretoria administrativa, cargos mais importantes das três cooperativas e o do Condomínio Rural Rio Preto<sup>5</sup>.

O segundo grupo é composto por produtores rurais afiliados às cooperativas. Solicitamos às cooperativas que indicassem nomes de produtores com grande expressão produtiva e econômica para serem entrevistados. Outros critérios poderiam apresentar informações pouco confiáveis e imprecisas. Um exemplo seria a definição de elite conforme o tamanho da sua propriedade rural. A escolha não seria a melhor. Primeiro, por que não há disponibilidade de informações individuais sobre o tamanho das propriedades rurais. Segundo, a posse de grandes propriedades necessariamente não significa propriedade com grande expressão produtiva e econômica. Por

este motivo, a partir das indicações, entrevistamos três produtores rurais que atuam em campos diferentes de produção.

O terceiro e último grupo é formado por representantes políticos locais. Foram selecionados entrevistados dentro de um grupo composto por: vereadores, prefeito municipal e funcionários de primeiro escalão do governo estadual que possuem alguma ligação com o agronegócio no município. Neste grupo, a liberdade de fazer escolhas foi limitada, já que o prefeito e apenas um vereador possuíam ligação direta com o agronegócio. O grupo é completado pelo coordenador regional do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA).

Como um segundo critério, estabelecemos que fossem entrevistadas pelo menos três pessoas de cada grupo para garantir uma boa representatividade de todos os grupos e dentro de cada grupo definimos critérios para selecionar os entrevistados.

Houve um esforço de selecionar 12 (doze) entrevistados que ocupam papel de destaque dentro do cenário municipal. Mesmo com todo cuidado tomado para selecionar os

atores estratégicos, sabe-se que há possibilidade de omissão de algum outro personagem, de importância tão grande ou maior do que os entrevistados, por isso se trata da pesquisa sobre “uma” elite do agronegócio em Unaí, entre as inúmeras outras combinações possíveis.

É importante destacar que vários entrevistados não pertencem somente a um determinado grupo. Em alguns casos o entrevistado pode ser produtor rural e ocupar um cargo na direção de uma cooperativa, desempenhar um mandato político e ao mesmo tempo ser produtor rural. Procurou-se também, com intuito de preservar a identidade dos entrevistados, não utilizar seus verdadeiros nomes. Foram criados nomes fictícios acompanhado da denominação do grupo, ou grupos de pertencimento dos entrevistados: *Dirigente de Cooperativa, Produtor Rural e Ator Político*.

No total foram realizadas 12 (doze) entrevistas, dos dias 11 a 25 de julho de 2007. No dia 14 de agosto, também foi registrado o discurso de autoridades políticas e empresariais durante a cerimônia de abertura da Exposição Agropecuária de Unaí. Deve-se destacar que houve por parte dos

entrevistados uma boa receptividade em participar da pesquisa. A maior dificuldade ocorreu no agendamento das entrevistas, ou seja, em conseguir horário disponível na agenda de alguns dos entrevistados. A boa receptividade da pesquisa pode, entre outros motivos, ser atribuída à vontade deste grupo em esclarecer suas concepções para uma comunidade acadêmica. Portanto, entende-se que a elite que possui um discurso construído e tem interesse em demarcar seus posicionamentos.

### **ELITES E O AGRONEGÓCIO EM UNAI.**

Em recente pesquisa realizada por Rocha e Urani (2005), os autores trabalharam com a hipótese de que a elite brasileira desconhece a estrutura de distribuição de renda no Brasil e seu elevado grau de desigualdade. A não percepção deste cenário provoca algumas consequências: *“A partir do momento em que os brasileiros, mais pobres ou mais ricos, desconhecem o formato da distribuição de renda no país e, supostamente, o grau extremo de desigualdade existente e que se mantém, o consenso pela maior igualdade perde força”*. (Rocha & Urani, 2005: p. 17).

Já Reis (2000) a partir de pesquisas<sup>6</sup> sobre a percepção das “elites” brasileiras em relação à pobreza e desigualdade, reforça o argumento de Rocha e Urani (2005) ao ressaltar que: *“... nossas elites não incluem a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades entre os seus interesses de fato (...) o diagnóstico que fazem sobre falta de vontade política [do Estado] para resolver problemas sociais é bastante pertinente”*. (REIS, 2000, p. 149). Um dos resultados da pesquisa realizada pelo IUPERJ, aponta que a elite transfere para o Estado<sup>7</sup> a responsabilidade de combater a pobreza e redistribuir a renda.

A possibilidade de mudança do atual cenário de extrema desigualdade da sociedade brasileira para um cenário mais equitativo depende de respostas concretas da elite brasileira. Por este motivo é importante compreender os problemas referentes à pobreza e desigualdade a partir de grupos que tenham poder de veto sobre determinadas decisões na sociedade, ou seja, o grupo de pessoas que compõe a “elite” possui capacidade diferenciada de interferir na realidade econômica e social (Giglio, 2001).



Mas, porque estudar uma elite? A pesquisa parte do princípio que para entender processos políticos e econômicos devem-se focalizar grupos estratégicos que detêm grande quantidade de capital<sup>8</sup>. Como a análise será realizada em uma localidade específica, interessa-nos definir a elite “local” de Unaí, através de estudos com indivíduos pertencentes ao setor denominado agronegócio, e que de alguma forma exercem poder no município de Unaí. Assim como Barnabé (1999), entendemos que elite política não é apenas a soma de prefeito e vereadores de um município, mas um conjunto de indivíduos com poder econômico, político e ideológico que influenciam de forma direta ou indireta o exercício do poder. Portanto, as entrevistas em Unaí foram realizadas com personagens que dentro do espaço do município detêm poder político e econômico. O recorte do grupo foi definido a partir do campo de atuação dos mesmos, ou seja, o espaço de pertencimento comum denominado de agronegócio<sup>9</sup>.

Pobreza, Desigualdade e a Visão da Elite do Agronegócio.

É difícil separar o debate sobre pobreza das questões vinculadas a

desigualdade social, mas para um melhor esclarecimento conceitual, serão apresentados inicialmente alguns aspectos sobre o conceito, para num segundo momento realizar considerações sobre as desigualdades sociais. A pobreza vista sobre aspectos econômicos não é diretamente proporcional ao que chamamos de desigualdades sociais. Em determinados momentos é possível existir uma sociedade materialmente pobre, porém com poucas desigualdades. Neste caso, grande parte da população se encontra em uma posição desprivilegiada. Em posição oposta, estão os casos de sociedades com bom nível econômico, mas com poucas pessoas nas faixas menos favorecidas.

Apesar de considerar o fenômeno da pobreza como algo complexo, Rocha (2005) entende que o significado de ser pobre se relaciona com a disponibilidade de meios para viver que uma pessoa detém dentro do grupo social onde se está inserido, considerando que existem em cada sociedade diferentes necessidades pessoais para serem atendidas. Por ser tão complexo, o fenômeno da pobreza pode ser analisado de diferentes maneiras em uma determinada

sociedade, uma destas é pelo viés monetário. Dentro desta perspectiva, é possível classificar a pobreza em duas diferentes formas: absoluta e relativa.

Quando se fala em pobreza absoluta necessariamente vincula-se o não atendimento das necessidades vitais. Nestas condições, o indivíduo ou família possui renda insuficiente para se reproduzir, ou seja, as questões referem-se ao limite mínimo da sobrevivência humana.

O patamar de pobreza absoluta só existe, pois, em relação aos pressupostos 'objetivos' do que é necessário possuir para atingir um nível de vida mínimo, sem questionamentos sobre a subjetividade das pessoas e suas experiências de vida (...) qualificar a pobreza absoluta parece lhe dar um aspecto objetivo que poderia ser falacioso, na medida em que as necessidades não são as mesmas, ontem ou hoje, aqui ou acolá. (Destremau & Salama, 1999: p. 53).

Na pobreza relativa, as necessidades precisam ser satisfeitas em função do modo de vida da sociedade em questão. Aqui há redução da desigualdade entre indivíduos, como objetivo social. Trata-se de uma sociedade onde o mínimo vital é garantido, mas existem pessoas “relativamente pobres” (Rocha, 2005).

Uma casa pode ser grande ou pequena, e enquanto as casas que a rodeiam são igualmente pequenas ela satisfaz todas as exigências sociais de uma habitação. Erga-se, porém, um palácio ao lado da casa pequena, e eis a casa pequena reduzida a uma choupana. A casa pequena prova agora que o seu dono não tem, ou tem apenas as mais modestas, exigências a pôr; e por mais alto que suba no curso da civilização, se o palácio vizinho subir na mesma ou em maior medida, o habitante da casa relativamente pequena sentir-se-á cada vez mais desconfortado, mais insatisfeito, mais oprimido, entre as suas quatro paredes. (Marx, 2008)

As concepções de pobreza absoluta e relativa não apresentam limites bem definidos já que mesmo as necessidades nutricionais consideradas vitais estão associadas a diferentes fatores como modo de vida, cultura, características físicas. As questões ligadas à pobreza absoluta são crescentemente desprezadas pelo fato de que a maioria dos estudos sobre pobreza são desenvolvidos a partir da problemática dos países ricos, onde a pobreza relativa predomina. (Rocha, 2005).

Vale lembrar que Destremau e Salama (1999) destacam que a

mensuração da pobreza relativa através do nível de renda, localizando um indivíduo ou família num estrato salarial, possibilita a construção de medidas arbitrárias, deixando de lado aspectos patrimoniais, como habitação ou acesso a serviços não pagos, entre outros. Decorre dessas insuficiências uma outra maneira de definir ou medir a pobreza a partir da não-satisfação de um conjunto de necessidades básicas como o acesso à água potável, por exemplo, sem as quais os indivíduos ou o grupo familiar não poderiam reproduzir-se de maneira satisfatória.

### **VISÃO DA ELITE SOBRE A POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

Posteriormente a discussão conceitual, procurou-se verificar como os atores ligados ao agronegócio no município de Unaí (MG) percebem a desigualdade social e a desigualdade social. Neste sentido a pesquisa compartilha o argumento de Reis (2004), de que os critérios materiais de vida são importantes para entender padrões de desigualdade social, porém é preciso levar em consideração a dimensão político-cultural, que pode

fornecer subsídios para se captar o sentido socialmente atribuído à desigualdade.

Parte do roteiro de questões apresentadas procurou captar a percepção que o entrevistado tem dos aspectos sociais do município. Busca-se também com as questões do roteiro, dimensionar o grau de importância conferida pelo entrevistado aos problemas sociais em relação ao restante das carências do município. Na primeira questão sobre aspectos sociais foi perguntado aos entrevistados: “Quais são os principais problemas sociais de Unaí?”.

O maior problema de Unaí hoje é social, ele se chama emprego. Principalmente para o pessoal que ganha até 2 salários. Essas pessoas com mão-de-obra não qualificada estão passando por sérios problemas. Muitas destas pessoas viraram “sem-terra”, aqui tem 28 assentamentos com mais de 2400 famílias. Há muito tempo está se fazendo um trabalho em Unaí pra dar sobrevivência a essas pessoas, através de pequenas plantações e na produção de leite. É esse pessoal que movimenta a cidade. Os grandes produtores são poucos e além disso compram muita coisa fora, eles não movimentam o comércio da cidade (José, Produtor Rural).

O entrevistado destaca que os trabalhadores situados nos extratos salariais mais baixos estão passando por sérios problemas de desemprego. Na sua fala a Reforma Agrária é vista como uma solução para estes trabalhadores, um destino para parte dos desempregados. Ao final o entrevistado destaca a importância da classe menos favorecida na economia local.

Quando cheguei aqui nos anos 1970 todos viviam no campo. Depois da constituição de 1988, muita gente teve que mudar pra cidade, devido algumas mudanças na legislação. Isso provocou um inchaço na periferia de Unaí (Jeremias, Dirigente de Cooperativa).

A migração de trabalhadores de regiões próximas é apontada como uma das possíveis causas do crescimento dos problemas sociais de Unaí. Devido à reestruturação tecnológica ocorrida na agricultura do município, grande parte das pessoas que foram atraídas pelo sonho do emprego do campo não alcançaram um posto de trabalho, e por consequência tiveram que sobreviver a margem do mercado de trabalho formal.

Na verdade Unaí é uma cidade pólo e nós temos uma proximidade muito grande com a região Norte, muitas pessoas do Vale do Jequitinhonha da região de São Francisco (MG) vieram pra cá em busca de oportunidades, primeiro vinham pra colheita manual do feijão. Muitas destas pessoas se estabeleceram aqui, e atrás os parentes não pararam de vir. Como nós não somos uma cidade industrial e a agricultura é cada vez mais mecanizada, gerou-se um problema sério de desemprego. Ainda bem que existe muita gente assistida pela bolsa família e hoje nós estamos em busca da agroindustrialização para viabilizar outros empregos. Unaí tem um IDH muito bom, mas nós temos muita miséria. Nós temos aqui dois pólos, tem gente com alta qualidade de vida por um lado, mas tem muita gente passando fome (Mateus, Ator Político).

A agricultura hoje é altamente mecanizada, o café ainda contrata alguns trabalhadores, mas também caminha para mecanização. Muito em função da legislação trabalhista. Nós agricultores como um todo, pagamos muitos impostos trabalhistas. Os encargos são muitos pesados. O futuro mostra que vai haver cada vez mais mecanização. As consequências são graves, a marginalidade vai tomar conta (José, Produtor Rural).

O agricultor aponta que há uma tendência de mecanização das lavouras em Unaí, em função principalmente da

legislação trabalhista do setor. Ou seja, segundo ele a legislação trabalhista atual é inadequada para o meio rural, por isso não é colocada em prática, fato que obrigou os produtores rurais a optarem pelo processo de mecanização de suas lavouras. Eliseu Alves (2006) argumenta que a extensão das leis trabalhistas ao campo, impôs perdas substanciais aos proprietários, aumentaram indiretamente o custo do trabalho, conseqüentemente a demanda de trabalho caiu. Sabe-se, por outro lado, que garantias constitucionais trabalhistas foram conquistas importantes para os trabalhadores rurais, um exemplo recente<sup>10</sup> é a Constituição Federal de 1988 que garantiu a equiparação de direitos entre trabalhador rural e urbano.

### **O QUE É MAIS IMPORTANTE, POBREZA OU DESIGUALDADE SOCIAL?**

Em uma segunda questão sobre aspectos sociais, questionou-se aos atores entrevistados, o que seria mais problemático: pobreza ou desigualdade social? Nesta questão procurou-se direcionar as respostas dos entrevistados aos dois problemas centrais da pesquisa.

Unaf tem muita pobreza! As duas coisas estão interligadas é preciso resolver as duas. Quando você acaba com uma resolve a outra. A pobreza cresce muito no país todo. O problema só vai ser resolvido quando se investir em educação, segurança e saúde (Jeremias, Dirigente de Cooperativa).

Se o agricultor agregar valor ao seu negócio ele vai gerar muito mais emprego. Mas para isso é preciso melhorar a qualificação destas pessoas, hoje a maioria são analfabetos (José, Produtor Rural).

Paralelamente aos investimentos em qualificação profissional dos trabalhadores o produtor rural José ressalta que poderão ocorrer melhorias sociais através da geração de postos de trabalho se o produtor agregar valor em seus negócios. O ideal de meritocracia estabelece uma correspondência rigorosa entre a contribuição dos indivíduos, suas realizações e seu status. Uma vez colocados todos no pé de igualdade, levanta-se a hipótese de que os ganhadores só podem ser “os melhores”. Esta concepção é acolhida tanto pela tradição liberal como pela tradição socialista, estão associados à crítica da herança e ao elogio do concurso e do exame como meios

normais de promoção. (Boudon & Bourricaud, 1982: p. 281).

Onde existe a desigualdade ela é pior do que a pobreza. Numa região onde há desigualdade, provocam-se muitas reações adversas, pessoas roubando, matando para roubar um tênis. Além da pobreza a desigualdade provoca uma revolta que traz conseqüências para todas as sociedades. Ai você vê cada vez mais muros altos, cerca elétrica, sistema de alarme. Na verdade tem que se trabalhar para se dar mais condições para a classe menos favorecidas. Por que se não corre se um risco grande aí (Mateus, Ator Político).

A situação apontada por Mateus pode ser entendida como um caso de controle das externalidades negativas. Segundo Reis (1998) as elites acreditam que seja ameaçador a combinação entre miséria e desigualdades. Isso decorre do fato de que alguns têm pouco ou nada a perder, conseqüentemente não precisam manter a ordem social. Por outro lado a elite precisa diminuir os riscos de ameaças individuais ou coletivas através de medidas compensatórias de combate a pobreza. “... As elites querem que o Estado proteja os pobres e, ao mesmo tempo, proteja os ricos da inveja dos pobres...” (Reis, 1998: p. 287).

A desigualdade é mais problemática, a desigualdade gera pobreza, tem que ter melhor distribuição de renda. Por que quando você iguala, e você gera emprego pra esse povo, melhora o lado da saúde e o lado educacional; cidade evolui em outro sistema. Unai hoje é uma cidade violentíssima, isso aconteceu dos anos 1980 pra cá. Falava-se muito em Unai, então veio este pessoal no Norte de Minas, não é discriminação, mas eles vieram se alojaram sem nenhuma infra-estrutura e passaram por muita dificuldade, hoje que a situação deles melhorou um pouquinho (João, Produtor Rural).

A última fala do produtor rural “João” afirma que o crescimento econômico impulsionado pela agricultura atraiu muitos migrantes, em sua maioria originários do Norte de Minas, considerada a região mais pobre de Minas Gerais. Trabalhadores que chegam com pouca infra-estrutura, e em muitas situações fugindo da miséria e da seca na cidade de origem. Na visão dos entrevistados estes novos habitantes representam um encargo para o município. Em geral portam pouco capital financeiro, pouco conhecimento técnico e baixa escolaridade. Pode-se contrapor a posição de chegada destes migrantes aos sulistas que vieram

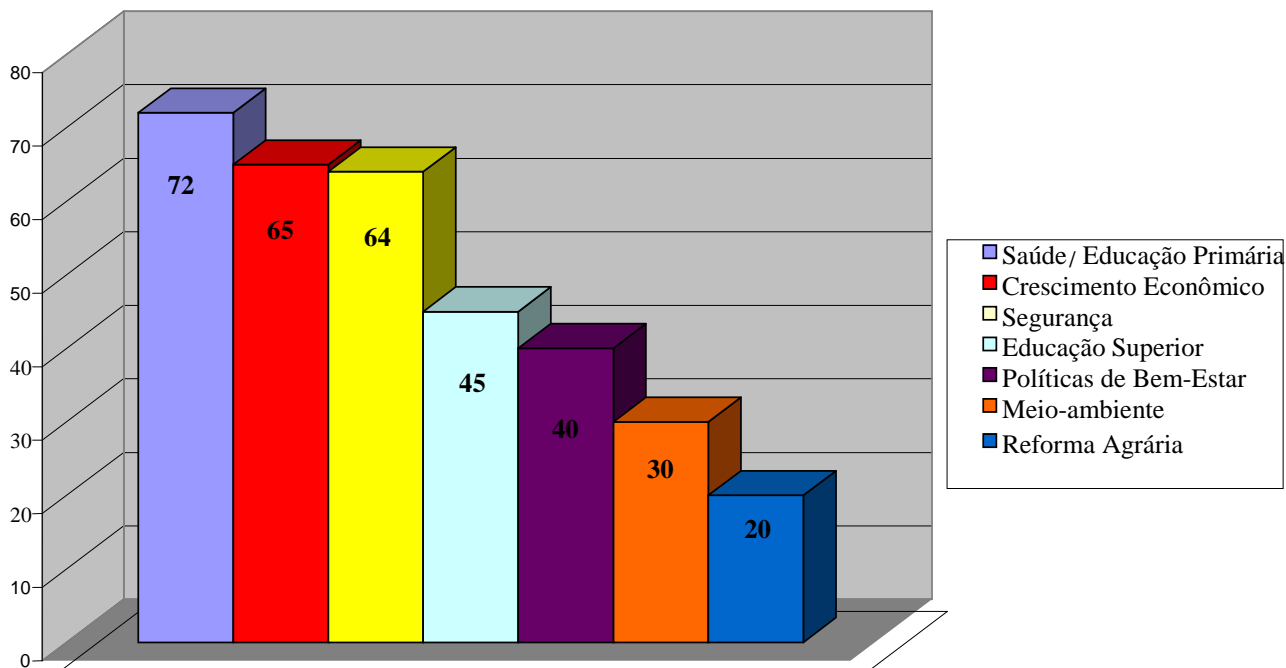
durante as décadas de 1970 e 1980. Ambos atraídos pelas promessas do desenvolvimento agrícola na região. No entanto, há uma grande diferença na inserção destes atores no cenário econômico do município. Os sulistas vieram para serem dirigentes de um processo de “modernização” da agricultura no cerrado mineiro. Detentores ou não de capital, tiveram acesso a uma série de recursos governamentais para levar a frente o projeto de produção agrícola no cerrado. Os últimos migrantes vieram atraídos por um sonho de emprego. Chegaram para ser os braços da agricultura na colheita do feijão, da cebola, da batata inglesa, do café, entre outros produtos plantados no município. Porém, em uma agricultura cada vez mais tecnificada, excluiu-se um grande número de postos de trabalho.

Observando com atenção, nota-se que nenhum entrevistado negou a existência de inúmeros problemas sociais em Unaí. Na fala é possível definir vários níveis de percepção, uns acreditam que há sérios problemas sociais no município “*Unaí tem muita pobreza!*” (Jeremias, *Dirigente de*

*Cooperativa*), outros que os problemas do município nada divergem, ou até são menos do que em outras regiões do Brasil. “*Os problemas sociais nossos são os problemas do Brasil. Há regiões por aí que são bem mais desenvolvidas do que a nossa e têm problemas sociais maiores.*” (Paulo, *Dirigente de Cooperativa*). Acredita-se, portanto que os entrevistados percebem de diferentes formas, a questão das desigualdades sociais no município, sem, porém colocá-las como problemas centrais.

#### O QUE IMPORTA PARA A ELITE

Após apresentar o debate sobre a pobreza e desigualdade em Unaí, procurou-se entender como os diversos temas ligados a vida social são observados pelos atores locais. Para isso, foi entregue aos entrevistados um cartão com sete temas, pedimos a eles que os ordenassem segundo sua concepção de importância numa escala entre 1 (um) e 7 (sete). Onde 7 (sete) significa o tema com maior importância e 1 (um) de menor importância. O gráfico abaixo expressa os resultados obtidos.

**Gráfico 1 – Temas Importantes para Elite do Agronegócio em Unai.**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dois mais importantes temas segundo a visão dos entrevistados foram “Saúde/Educação Primária” e “crescimento econômico”. Tendo em vista a importância conferida ao crescimento econômico, foi questionado aos entrevistados se o crescimento poderia resolver os problemas sociais de Unai.

Claro que sim! O desenvolvimento econômico traz recursos, traz mais riquezas e só com riqueza que você consegue resolver os problemas. Lógico que junto

com o desenvolvimento econômico tem que ter políticas sociais de educação, saúde e segurança. São os três pilares de um desenvolvimento que vai sustentar a economia (Paulo, Dirigente de Cooperativa e Produtor Rural).

Paulo, dirigente de cooperativa e produtor rural, defende um modelo de desenvolvimento que priorize o crescimento do produto. Sua fala também aponta a necessidade de políticas complementares de educação, saúde e segurança. Uma visão que concilia políticas de curto prazo como



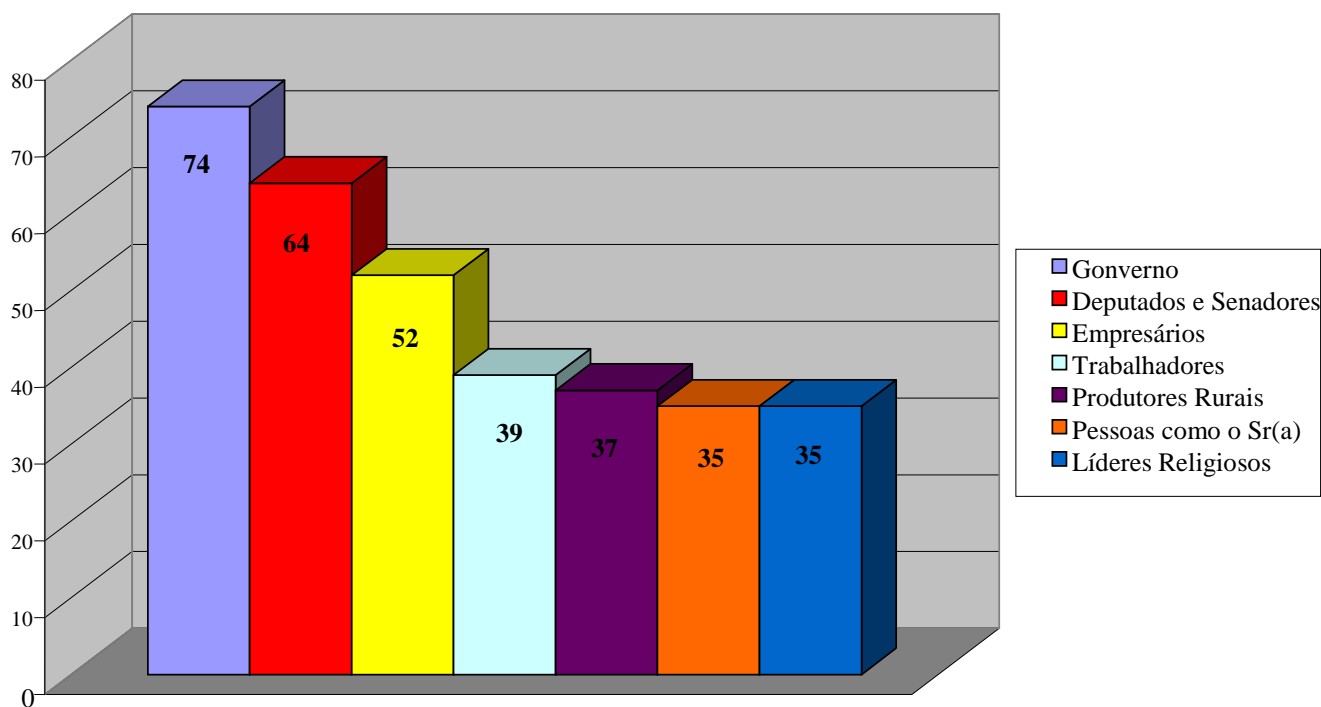
saúde e segurança e de longo prazo como é o caso da educação.

### QUEM É RESPONSÁVEL PELA POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL ?

Durante a entrevista foi feita uma pergunta que solicitava aos entrevistados que ordenassem os

principais responsáveis em lidar com as questões da pobreza e desigualdade social, da mesma forma que a questão sobre os principais temas, foi entregue um segundo cartão com opções prefixadas, onde o respondente marcaria 1 (um) para os atores de menor responsabilidade e 7 (sete) para os de maior responsabilidade. Os resultados estão expressos no gráfico abaixo.

**Gráfico 2 – Responsáveis por mitigar a pobreza e a desigualdade social, segundo a elite do agronegócio em Unai.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico nos fornece importantes informações sobre a percepção da Elite Unaiense. Quando questionados sobre a responsabilidade

de resolver o problema da pobreza e da desigualdade social, os entrevistados em sua maioria apontaram o governo e em menor número, deputados e senadores

como responsáveis. Ou seja, há uma clara responsabilização do “Estado” como provedor de soluções. Alguns resultados encontrados em Unai se assemelham aos resultados obtidos por Elisa Reis (2000), que aponta como resposta mais comum entre as elites, a crença que os problemas sociais poderiam mudar se houvesse vontade política e se o Estado cumprisse seu papel.

Tomam como pacífico que é possível mudar a realidade através da ação. Logicamente, podemos nos questionar por que motivo essa visão não tem levado a uma pressão por mais ação e planejamento mais rigoroso. Aparentemente, as indicações são no sentido de que a elite não se sente responsável pelo problema da pobreza e da desigualdade. Ela transfere claramente a responsabilidade sobre ele ao Estado. É o Estado que carece de vontade e que não planeja bem suas ações (Reis, 2000: p. 148).

Através dos gráficos é possível notar que: trabalhadores, produtores rurais e líderes religiosos e os próprios entrevistados são pouco responsáveis por lidar com as questões de pobreza e desigualdade social. Entende-se, portanto, que os principais problemas sociais e econômicos devem ser

atribuídos ao setor público. A partir de argumentos apontados por Cheibud & Lima (1994) a posição dos entrevistados pode ser chamado de traço permanente da cultura brasileira, segundo o qual se algo não vai bem a culpa é do governo que tudo pode e deveria fazer.

### **AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE UNAI**

Sobre as conseqüências das desigualdades sociais, Hirschman (1975) destaca que nos estágios iniciais de um processo de desenvolvimento econômico, as desigualdades na distribuição de renda entre as diferentes classes, setores e regiões tendem a aumentar. Mas, há sociedades que desenvolvem considerável tolerância com tais desigualdades. A tolerância, porém, é como um crédito que vence em certa data. Ele poderá ser estendido na esperança de que eventualmente as desigualdades diminuam.

O bem-estar de um indivíduo depende do seu estado presente de satisfação (ou, em seu lugar, de sua renda), assim como da satisfação (ou renda) futura esperada. Suponhamos que ele disponha de poucas informações sobre qual será sua renda futura; suponhamos ainda que num dado momento alguns dos seus parentes, vizinhos ou

conhecidos experimentem melhoria em sua posição econômica ou social. A partir desse momento ele terá algo em que se agarrar na esperança de que sua vez acabará por chegar, ele derivará alguma satisfação do progresso dos outros — pelo menos durante algum tempo. Para efeitos de nossa argumentação vamos referir-nos a essa colocação inicial como o “efeito-túnel” (Hirschman, 1975: p. 32).

Para entender a idéia do efeito túnel, formulada por Hirschman (1975) é necessário pensar um túnel com várias faixas onde trafegam veículos automotores. Dentro deste túnel há dois carros em faixas diferentes um ao lado do outro. Um carro “B” avança e esse fato leva o carro “A” a criar uma expectativa de melhoria em sua própria posição. Portanto, a idéia do efeito túnel é de que uma alteração na renda de “B” ocasiona mudanças no bem-estar de “A”, não somente porque a posição relativa de “A” na escala de renda modificou-se, mas porque as mudanças na situação de “B” afetarão as previsões de “A” quanto à sua própria renda futura. Em uma situação oposta: uma deterioração na situação de “B” faz com que “A” fique apreensivo quanto à sua própria situação.

Em nossa avaliação da teoria do efeito túnel cada um dos carros tem uma lógica diferente. O carro “A” é o “observador”, aquele que nota o movimento do carro “B” na faixa ao lado e cria num primeiro momento a expectativa positiva de que assim como o carro “B” tão logo estará em movimento. Mas, neste trabalho a intenção é entender a visão do carro “B”, aquele que se movimenta primeiro. Neste sentido, por razões citadas na parte metodológica, entende-se que a elite do agronegócio em Unai detém e acessa recursos econômicos e políticos privilegiados. Analisando com essas referências é possível dizer que este grupo de entrevistados faz parte do que poderíamos chamar de grupo do “carro B”.

Por limitações presentes em qualquer trabalho dissertativo, não será possível fazer um aprofundamento sobre a visão do grupo do “carro A”, este grupo pode compreender trabalhadores rurais assalariados, desempregados da zona rural e urbana, além de outros que poderiam fazer parte do grupo. Sobre essa ótica o grupo do “carro A” sempre terá como referência o grupo do “carro B”. Depositando nele todas suas expectativas, tanto positivas

de acreditar que assim como outro carro ele irá movimentar em breve, quanto negativas se o “breve não for tão breve”, e sua espera se alongar por muito tempo. Abaixo apresentamos algumas opiniões que estão relacionadas ao que entendemos por efeito túnel em Unai.

São pessoas que eram da zona rural, que migraram para o meio urbano, isso há 10 há 15 anos atrás e vive à margem do mercado de trabalho. Geralmente fazem trabalhos temporários, mas, são pessoas que não tem segurança. Trabalham um período fica um tempo sem atividade. Nós não temos condições de absolver toda essa mão de obra no campo. A solução seria a agroindustrialização. (Marcos, Gerente do Condomínio e Produtor Rural).

Somos a região pujante do agronegócio. Estamos também atraindo indústria de biodiesel para nossa região. Nós temos visto quanto nossa região tem destacado no cenário estadual. Essa reunião aqui hoje de lideranças Noroeste, mostra nossos empenho, nossa vontade política de está fazendo o crescimento acontecer (Prefeito municipal de um município do Noroeste de Minas, Cerimônia de Abertura da Exposição Agropecuária de Unai-MG).

A utilização do efeito túnel neste trabalho procura explorar uma de suas

características fundamentais que é seu lastro temporal. O emprego deste conceito está relacionado com a possibilidade de entender nos discursos sobre desenvolvimento atual do agronegócio no município e a visão do futuro deste. Uma interpretação das falas da elite entrevistada possibilitaria entender que o futuro do desenvolvimento do agronegócio e de toda economia de Unai está ligado ao processo de agroindustrialização do município. Observou-se que existe uma percepção por parte dos entrevistados que o desenvolvimento do agronegócio não possibilitou a superação dos inúmeros problemas sociais presentes no município. Por este motivo, a agroindustrialização aparece nas falas dos entrevistados com um “sonho”, promessa de inclusão social. Perspectiva que empurra questões atuais e urgentes para serem resolvidas no futuro.

Portanto, a ênfase da questão temporal presente na fala dos entrevistados, possibilita utilizar o referencial teórico proposto por Kliksberg (2001) onde diz que grande parte dos setores influentes da sociedade defende algo como uma “paciência histórica”. Trata se da idéia

de que o desenvolvimento compreende etapas. Haverá uma etapa de “apertar os cintos”, mas logo em seguida haverá um impulso que permitirá aos desfavorecidos retirar-se da pobreza. Nesta visão o social deve esperar, e é preciso entender o processo e ter paciência enquanto as etapas ocorrem. Em muitos casos, os danos causados pela espera poderão ser irreversíveis.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão da elite do agronegócio em Unaí sobre as causas e conseqüências da pobreza e desigualdade social no município é o fio condutor de todo este trabalho. As outras questões abordadas neste artigo se relacionam com a percepção da elite sobre os dois temas. Sendo assim, para averiguar o problema, foram construídas duas hipóteses norteadoras. A primeira argumenta que a elite do agronegócio é sensível aos impactos do crescimento do setor no desenvolvimento econômico do município, mas constroem percepções diferentes quanto às questões ligadas à pobreza e às desigualdades sociais. Na segunda hipótese, entende-se que os atores que percebem o efeito

concentrador do crescimento econômico no município acreditam que ocorreu algo que pode ser comparado ao que Hirschman (1975) definiu como “efeito túnel”, ou seja, o efeito concentrador de renda é inerente ao estágio inicial de desenvolvimento econômico do município, e que por outro lado há tolerância de grande parte da população com o modelo de desenvolvimento atual, têm relação direta com a crença de que estes irão participar dos benefícios futuros que o agronegócio poderá trazer para o município. Neste intuito apresenta-se a seguir considerações gerais sobre os principais resultados da pesquisa.

Entre as conseqüências do desenvolvimento econômico em Unaí, a atração de considerável número de migrantes de regiões próximas é apontada como um fator negativo. Na ótica dos entrevistados, os novos habitantes representam um encargo para o município. Em sua maioria os trabalhadores que chegaram são portadores de pouco capital financeiro e com baixa escolaridade, vieram realizar o trabalho braçal das diversas lavouras de feijão, cebola, da batata inglesa, do café, entre outros produtos. Porém, em uma agricultura que crescentemente se

tecnificada é cada vez mais dispensável braços para o trabalho nas lavouras. Essa situação resgata o debate em torno da mecanização da lavoura agrícola em Unaí, imprescindível para entender as percepções relacionadas à pobreza e a desigualdade no município. Segundo, Taylor (1992), citado por Kliksberg (2001), a tecnologia é um meio para alcançar um fim, e se o debate sobre fins desaparece, a racionalidade tecnológica predomina sobre a racionalidade ética, resultado que pode agravar vários problemas sociais.

Vários impactos compensatórios são apresentados quando se defende a intensificação da utilização de tecnologias. Conforme Bastos (2002) pode-se destacar entre eles: em primeiro lugar, a criação de novos produtos, serviços e mercados e, conseqüentemente, expansão dos empregos, e em segundo, o crescimento da produtividade do trabalho traz consigo redução de custos, que poderá implicar no barateamento do preço das mercadorias. No caso do agronegócio, o discurso do setor reforça que a utilização cada vez mais intensa de tecnologias é essencial para se alcançar o objetivo de se produzir alimentos em quantidade suficientes e preços

acessíveis. Sobre este último ponto deve-se ponderar que o fato de o Brasil produzir uma quantidade de alimentos que é suficiente para alimentar toda população não significa que toda população terá acesso a estes alimentos, devido ao baixo poder aquisitivo de grande parte da população e porque consideráveis quantidades dos produtos se destinam ao mercado externo. A adoção de novas tecnologias também atinge de forma diferenciada os trabalhadores com menor qualificação, desta forma, os empregos relacionados com atividades rotineiras e de baixos requisitos de escolaridade são os primeiros que serão instintos.

No que diz respeito a tecnologias empregadas, a partir da pesquisa realizada em Unaí foi possível verificar que a mecanização da agricultura se intensifica com a expansão da fronteira agrícola nos anos 1980, mas nos últimos anos surgiram novas tecnologias, principalmente na colheita do feijão, produto de maior destaque na agricultura do município. Conseqüentemente, muitas pessoas atraídas para os empregos na colheita do produto, perderam ao longo dos últimos anos seus postos de trabalhos. A fiscalização trabalhista, que atua nas

propriedades, também é apontada como um incentivo para adoção de novas tecnologias. Conforme argumento da elite do agronegócio em Unai a legislação atual é inadequada para o meio rural, por isso a saída mais fácil para fugir da fiscalização é mecanizar a lavoura e empregar um número menor de trabalhadores. Observa-se que no discurso dos entrevistados, está ausente a preocupação com as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores nas propriedades do município. Portanto, verifica-se a presença de indícios que a reestruturação produtiva ocorrida principalmente nas lavouras de feijão, se relaciona diretamente ao aumento do desemprego no município e conseqüentemente com outros problemas sociais apontados pelos entrevistados.

Mas, de quem será a responsabilidade em solucionar os problemas da pobreza e da desigualdade social? A solução dos problemas sociais é considerada, no discurso dos entrevistados, um problema do Estado, que através das suas diversas políticas públicas deve acabar com a pobreza e principalmente incentivar o crescimento econômico. Se por um lado o Estado é o

principal responsável por solucionar os problemas sociais, por outro, há uma crítica aos programas sociais como o “Bolsa Família”. Segundo, a elite do agronegócio, trata-se de programas paternalistas, que acomodam os trabalhadores. Há que se considerar, porém, que a garantia de uma quantidade mínima de renda pode garantir, conforme Sen (2000), a liberdade do trabalhador em optar por um emprego com adequadas condições de trabalho<sup>11</sup> e remuneração justa.

A melhora da qualificação profissional dos trabalhadores é apontada pela elite do agronegócio em Unai como uma necessidade imediata para solucionar os problemas sociais do município. Através de uma melhor formação educacional estes alcançariam ocupação no mercado de trabalho. Entende-se que a idéia de meritocracia é freqüentemente utilizada para descrever sociedades onde renda, riqueza, e posição social são designadas por competição e os mais aptos são merecedores de tais vantagens. Por outro lado, o termo pode ser entendido com uma conotação de “Darwinismo Social”, baseado em uma falsa neutralidade onde os vencedores são os “melhores”. Sobre a questão, Bourdieu

(1973) apud Helal (2007) propõe uma teoria do “capital cultural”, ressaltando que estudantes com maior capital cultural, provenientes de famílias com maior estoque cultural são mais aptos a decifrar as “regras do jogo” e conseqüentemente alcançam posições socialmente reconhecidas com mais elevadas, mantendo as estruturas socioeconômicas inalteradas.

O estudo também verificou que o município com maior número de assentamentos da região do entorno do Distrito Federal possui no processo de reforma agrária, uma chave para o entendimento das questões relacionadas à pobreza e desigualdade social. Conforme a elite do agronegócio em Unai, os assentamentos de reforma agrária em Unai são pouco viáveis, mas são caracterizados como um mal menor, já que os trabalhadores que não possuem nenhuma propriedade rural, e não possuem empregos, se tornam assentados de reforma agrária. Grande parte da mão-de-obra antes ocupada na colheita do feijão, hoje ociosa devido à elevação da utilização de maquinários, se encontra em assentamentos rurais. Portanto, observa-se que a reforma agrária é considerada política paliativa para minimizar possíveis conflitos

distributivos, e não é considerada uma política de redistribuição de renda e de desenvolvimento rural.

A partir das entrevistas é possível dizer que a elite do agronegócio acredita que o desenvolvimento econômico de Unai está ocorrendo em etapas, e que o município já cumpriu com êxito os primeiros estágios. Por este motivo, Unai parece viver uma fase de transição, de uma economia predominantemente agrícola, economicamente eficiente, socialmente iníqua, para o estágio de agroindustrialização, de formação de um parque industrial que agregará valor aos produtos produzidos no município e abrirá várias possibilidades de geração de empregos no futuro, inclusive para setores ocupacionais que perderam espaço com a intensificação da mecanização das lavouras no município. Todavia, como argumenta Kliksberg (2001), a durabilidade e intensidade do crescimento econômico possuem relação direta com as desigualdades sociais, ou seja, quanto menores forem as desigualdades sociais, mais consistente e durável será o crescimento econômico de Unai. A elite também aponta uma possível trajetória,



que não compreende uma alternativa de realização de mudanças sociais imediatas, mas aparece como uma possibilidade de alteração futura. Conforme os entrevistados, a agroindustrialização aparece como uma solução para vários problemas socioeconômicos do município, através da criação de empregos e, por consequência, melhorias sociais no município. Os atuais problemas parecem que só serão resolvidos no “futuro”, cuja distância temporal não é possível mensurar. Resgatando Hirschman (1975): é possível dizer que o carro onde se encontram os trabalhadores excluídos pelo processo produtivo, na visão da elite do agronegócio em Unaí, só se moverá quando iniciar a agroindustrialização, ou seja, a solução do problema é postergada para o momento futuro, sem data marcada para começar.

### Abstract

The discussion about poverty and social inequalities is significantly relevant in a country with extreme disparities as Brazil. For this reason, the purpose of this work is understand the perception that the agribusiness elite of Unaí (MG) has about the social inequality and poverty processes in the city. At the first moment, social and economic indicators are used to justify the option for the

research in this environment. After that, some questions related with the subjects poverty and inequality will be deepened from a qualitative research with actors of the agrobusiness. Among the considerations that the work presents, it is observed first that the agribusiness elite in Unaí is aware about the impacts of the growth of the sector in the economic development of this city, but believes that social aspects possess secondary importance in the process. In second, part of the social problems in the city nowadays is related with structural transformations that occurred in the local agribusiness, being the State pointed as the major responsible to solve them. At the third moment, is noticed that the public politics: of social assistance as "Bolsa Família" and Agrarian Reform, are seeing as inefficient, but they play a role to mitigate the perverse effects of agricultural mechanization. Finally, it is observed that the agroindustrialization in Unaí is pointed as a future way to the economic development of the city and as a solution for the social problems.

**Key words:** Agribusiness, poverty and social inequality

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness. Segurança Alimentar- Uma abordagem de Agribusiness. São Paulo: Edições ABAG, 2003.

ALVES, Eliseu. Migração rural-urbana. In: ALVES, Eliseu (org). Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias: coletânea de artigos revistos. Brasília (DF): Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, Classe Social e Poder Local. Araraquara: Estudos de Sociologia, ano 4, n. 7, jul./dez, 1999

BASTOS, Raul Luis Assumpção. Desemprego Tecnológico. In: CATTANI, Antônio David (org). Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: Nogueira, M. A. e A. Catani (orgs.) Pierre Bourdieu: escritos de educação. Capítulo III. Petrópolis : Vozes, 1998.

BOUDON, R.; BOURRICAUD F. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

CASTRO, Ana Célia; GUTMAN, Graciela E. Análisis de Sub-Sistemas Agroalimentarios (Manual de Capacitación). 2001 (No Prelo)

CHEIBUB, Zairo Borges; LIMA, Maria Regina Soares. Elites Estratégicas e Dilemas do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994. (Relatório de Pesquisa).

DAVIS, J. H.; GOLDENBERG, R. A. A concept of agribusiness. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária na Era do Agronegócio, 1983-2003: ajuste externo, abertura política e domínio liberal. In: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY Jr. Osvaldo. Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.

DESTREMAU, Blandine; SALAMA, Pierre. O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 1999.

GIGLIO, Carolina B. M. da Cunha. A pobreza na visão das Elites. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GUIMARÃES, Gabriela Martins Guimarães. Trabalho Escravo: O Desrespeito às Conquistas Sociais do Trabalhador Rural Brasileiro. (Monografia). Departamento de Ciências Jurídicas, da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

GUIMARÃES, Magali Costa. “Só se eu tivesse uma coluna de ferro pra agüentar mais...” – Contexto de produção agrícola, custo humano do trabalho e vivência se bem-estar entre trabalhadores rurais. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

HELAL, Diogo Henrique. O papel da educação na sociedade e organizações modernas: criticando a meritocracia. Revista Eletrônica de Administração. Vol. 13, Nº 2 mai-ago, 2007. Disponível em: [www.read.adm.ufrgs.br](http://www.read.adm.ufrgs.br).

\_\_\_\_\_. Mudanças na tolerância com a desigualdade de renda no curso do desenvolvimento econômico. Estudos CEBRAP. n.13, jul./set., p. 30- 54, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE Cidades@. 2007 Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

\_\_\_\_\_. Pesquisa de Produção Agrícola Municipal – 2004. 2008. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. O Desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2003.

MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, Universidade de São Paulo. v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho Assalariado e Capital. (2008). Disponível em: [www.marxists.org](http://www.marxists.org).

O'GRADY, Isabela Nascimento. (2007), Lazer junto com as Mães: restrições ao lazer infantil. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA MELLO, Antônio de. (1988), Unai: Rumo às Veredas Urucuaianas. Edição Prefeitura Municipal de Unai.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ. (2007). Unai: um município

pronto para o futuro. Disponível em: [www.prefeituraunai.mg.gov.br](http://www.prefeituraunai.mg.gov.br).

REIS, Elisa Pereira. (1998). Processo e Escolhas: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

\_\_\_\_\_. (2004), A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. In: SCALON, Celi (org). Imagens da Desigualdade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM.

\_\_\_\_\_. (2000), Percepções da Elite sobre pobreza e desigualdade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15 n.42, fev., p.143-152.

ROCHA, Sônia. (2000), Pobreza e Desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para discussão N° 721).

\_\_\_\_\_. (2005), Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV.

ROCHA, Rudi; URANI, André. (2005), Distribuição de renda no Brasil: um ensaio sobre a desigualdade desconhecida. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia, Natal.

SEN, Amartya. (2000), Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. (1999), Diagnóstico Municipal - Unai (MG). Brasília: Ed. SEBRAE.

\_\_\_\_\_. (2002), Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, Ana Célia (org). Desenvolvimento em Debate -

Seminário Internacional: Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo.

Seminário “50 anos do BNDES”. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES.

## NOTAS

<sup>1</sup> A região administrativa Noroeste de Minas Gerais conta atualmente com 19 municípios (IBGE, 2007).

<sup>2</sup> Unai é o único município mineiro limítrofe do Distrito Federal.

<sup>3</sup> A professora Elisa Reis do departamento de sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) fez várias sugestões para o roteiro de questões.

<sup>4</sup> A COGRIL pode ser dimensionada com a fala de uma dirigente da cooperativa: “Hoje, nossa cooperativa tem 250 cooperados, plantamos em torno de 100 mil hectares.”

<sup>5</sup> O Condomínio Rural Rio Preto é uma associação de produtores rurais que gerencia a contratação de mão-de-obra para as diversas lavouras da região. O condomínio foi constituído com objetivo de adequar as contratações sazonais no município conforme a legislação trabalhista.

<sup>6</sup> Elisa Reis foi uma das coordenadoras da pesquisa. “**Elites Estratégicas, Cultura Política e Dilemas do Desenvolvimento**” desenvolvidas pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), entre os anos de 1993-1994.

<sup>7</sup> Conforme Markiw (2005) a pobreza e desigualdade de distribuição de renda estão diretamente relacionados à capacidade do Estado de interferir nos resultados do “mercado”, a mão invisível do mercado age de maneira a alocar recursos de forma eficiente, o que não garante que tais recursos sejam alocados com justiça. Acredita-se, que os governos devem adotar políticas para distribuir a renda mais equitativamente. Contudo, quando o governo adota medidas para atingir maior igualdade de renda, distorce os incentivos, distorce os comportamentos e torna a alocação de recursos menos eficiente.

<sup>8</sup> A definição de capital neste trabalho está baseada na proposta de Bourdieu (1998) conceito que leva em consideração não só a posse do capital econômico, mas a toda extensão da rede de relações que o indivíduo possui, ou seja, o volume de seu capital social. “O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de

*inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”* (Bourdieu, 1998: p. 67).

<sup>9</sup> O debate em torno da definição do conceito de agronegócio intensificou-se nos últimos anos, entretanto, não existe consenso na literatura sobre seu significado. Sabe-se que o termo possui inúmeras definições sujeitas a diversas controvérsias. Por isso, o maior desafio é fundamentá-lo, sem, porém esgotar o debate sobre o assunto. O conceito de agronegócio empregado pela comunidade acadêmica, meios de comunicação, entidades governamentais e por outros inúmeros setores sociais, têm sua gênese do termo *agribusiness*. Sua utilização teve origem nos estudos de enfoques sistêmicos de produção de alimentos. Segundo Castro & Gutman (2001) entre primeiras publicações que adotam enfoques sistêmicos sobre a produção de alimentos, destacam-se os elaborados pela “Escola de Harvard”, cujos trabalhos iniciais foram desenvolvidos por John H. Davis e Ray A. Goldberg em 1957.

Pode-se dizer, portanto, que Agribusiness é um neologismo criado por Davis e Goldeberg (1957) que incorpora todas as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, do armazenamento, do processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Conforme a ABAG (1993) o conceito engloba os fornecedores de bens e serviços para a agricultura, os produtores rurais, os processadores, os transformadores e distribuidores e todos os envolvidos na geração e fluxo dos produtos de origem agrícola até o consumidor final. Participam também desse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços.

De acordo com Delgado (2005) o termo no Brasil foi apontado como uma associação entre o grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, associação que realiza a estratégia econômica do capital financeiro que busca o lucro e renda da terra, patrocinado por

---

políticas estatais, uma “remontagem” da antiga estrutura de produção agrícola construída na década 1960.

<sup>10</sup> Antes de 1988, outras importantes legislações se referiam ao trabalho rural. Segundo Guimarães (2004), a Constituição de 1934 trouxe algumas medidas de proteção social do trabalhador rural, relacionadas à fixação do homem no campo, a educação rural e sobre uma regulamentação especial para o trabalho agrícola. Já em 1963 que o empregado rural passou a ter, de forma mais significativa, alguns direitos reconhecidos por lei, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, que visava assegurar aos trabalhadores rurais o maior número possível dos direitos atribuídos aos trabalhadores urbanos.

<sup>11</sup> Sobre as condições dos trabalhadores rurais em Unai, em estudo recente Guimarães (2007) realiza uma investigação ergonômica de trabalhadores rurais de Unai que exercem atividade de arranquio e juntamento do Feijão. As conclusões da pesquisadora são: primeiro, as condições dos trabalhadores rurais precisam melhorar em relação ao bem estar dos mesmos; segundo, a remuneração do trabalhador por produtividade acaba o incentivando a trabalhar acima da sua capacidade física; terceiro, a atividade exige a execução de exercícios repetitivos com elevado esforço físico.